

O Princípio da Não-Contradição no livro Gama da Metafísica de Aristóteles: duas interpretações Lukasiewicz e Tomás de Aquino

Jeferson da Costa Valadares (Mestrando UFF/Capes)

A presente comunicação é parte do trabalho monográfico, isto é, o centro da pesquisa, sobre o PNC no livro Gama da Metafísica de Aristóteles. Começa-se perguntado se há uma relação entre metafísica e lógica, se há, qual a sua importância e relevância na investigação filosófica. Enunciado o PNC no livro Gama, passa-se, como ponto de apoio, aos dois grandes comentadores e intérpretes de Aristóteles: Jean Lukasiewicz e Tomás de Aquino. No primeiro, tentar-se-á mostrar a sua releitura do PNC, como sendo lógico, ontológico e psicológico. Quanto ao segundo, o interesse reside em saber: como a metafísica foi recebida na universidade medieval, sobretudo pelos “realistas”, e, em que consiste o processo de comentário elaborado por Tomás de Aquino, como leitor que fez avançar o pensamento de Aristóteles, assim como Lukasiewicz ao pensar a possibilidade de uma lógica que admite a contradição, isto é, trivalente. Ambas, questões emblemáticas e sem solução, quer dizer que estão em aberto no trabalho aqui exposto.

Palavras-chave: PNC, lógica, metafísica, Aristóteles, Tomás de Aquino, comentário

1. A investigação filosófica (metafísica) e a lógica

É possível uma investigação filosófica sem a lógica? Segundo Aristóteles, é natural ao filósofo, isto é, àquele que estuda qualquer essência, investigar, também a respeito dos silogismos. Por silogismos, entenda-se o pensamento, baseado em princípios, tais como os clássicos: Princípio da Não-Contradição, o Princípio da Identidade e o Terceiro Excluído. Poder-se-ia, portanto, e de fato, há investigação filosófica sem o auxílio da lógica, no entanto, concordando com Aristóteles, conclui-se que, a lógica é parte integrante da investigação filosófica, sobretudo, em se tratando dos entes, que ora, são discutidos dentro do debate metafísico e são intimamente ligados à lógica.

Assim é evidente que compete ao filósofo, isto é, àquele que estuda como naturalmente se apresenta qualquer essência, investigar também a respeito dos princípios silogísticos. E convém que aquele que mais conhece a respeito de cada gênero seja capaz de enunciar os princípios

mais firmes do assunto, de modo que também aquele que conhece a respeito dos entes enquanto são entes é capaz de enunciar os princípios mais firmes de todas as coisas. Este é o filósofo.¹

De acordo com William Kneale e Martha Kneale, em seu extenso estudo sobre “O desenvolvimento da lógica”, a investigação lógica se diferencia dos outros modos de investigar pelo seu rigor e exigência de material argumentativo, fato, por exemplo, que a linguagem literária não forneceria de maneira suficiente. Eles insistem no seguinte pensamento:

Uma vez que a lógica não é apenas argumento válido mas também reflexão sobre princípios da validade, esta só aparecerá naturalmente quando já existe à disposição um corpo considerável de inferências ou argumentos. A investigação lógica, a de pura narrativa, não suscitada por qualquer tipo de linguagem. A linguagem literária, por exemplo, não fornece suficiente material de argumentos e inferências. As investigações em que se pretende ou procura uma *demonstração* é que naturalmente dão origem à reflexão lógica, uma vez que demonstrar uma proposição é inferi-la validamente de premissas verdadeiras.²

Para tratar propriamente do Princípio da Não-Contradição no livro Gama da *Metafísica*, e introduzir questões sobre as duas possíveis leituras (Jan Lukasiewicz e Tomás de Aquino) do Livro Gama, que tocam no referido problema, toma-se como pressuposto as palavras de Barbara Cassin ao falar de Gama:

Em primeiro lugar, Aristóteles fala de “querer dizer qualquer coisa”. Isto é, querer dizer qualquer coisa, *legein ti sēmainein ti*, tal é a decisão que Aristóteles exige a todos os homens, se for ser um homem. É essa decisão de sentido que constitui o coração do que se costuma chamar o princípio da não-contradição.³

Boa parte do trabalho de Aristóteles em lógica surgiu da prática e das discussões na Academia, durante a vida de Platão. Este é um lugar-comum⁴, segundo Owen. No entanto, quando Aristóteles escreve *Metafísica IV*, isto é, Gama, assim como escrevera o *Protréptico* e a *Ética Eudêmia*, ele ainda podia ver-se como inovador na filosofia de Platão (com a exceção de que, agora, ele havia reformado sua herança a ponto de descartar as Formas transcendentais, deixando apenas Deus como objeto de estudo).

¹ Met. Γ, 3, 1005 b 5s.

² KNEALE, W; KNEALE, M. *O desenvolvimento da lógica*. 3. ed. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 1968. p. 3.

³ CASSIN, Bárbara; NARCY, Michel. *La décision du sens; le livre Gamma e la Métaphysique d'Aristote. Introduction, texte, traduction et commentaire*. J. Vrin: Paris, 1989. p. 09.

⁴ OWEN, L. E. G. *Lógica e metafísica em algumas obras iniciais de Aristóteles*. In: ZINGANO, Marco. *Sobre a Metafísica de Aristóteles, textos selecionados*. (Org.) Odysseus: São Paulo, 2005. p.177.

Mas – de acordo com esta mesma explicação – em *Metafísica IV* um novo interesse infiltrou por trás do interesse antigo. Pois agora Aristóteles tenta encontrar um lugar para uma segunda investigação, uma investigação bastante diferente, sob a velha rubrica de “Filosofia Primeira”, uma investigação que não é “platônica”, mas essencialmente aristotélica: o estudo geral do ser, *tou ontos hêi on*. Aristóteles em dado período, dedicou-se e confinou seus interesses às ciências especiais (uma das quais é a teologia). Visto por esta perspectiva, o tipo de investigação que é introduzido no quarto livro da *Metafísica* parece mais uma revitalização da simpatia com os objetivos de Platão (ou como aquilo que Aristóteles tomava por estes objetivos) do que um novo distanciamento deles.⁵

Resume-se essa relação entre investigação filosófica (metafísica) e a lógica, tendo por base, que, Aristóteles já tinha chegado à sua análise da prioridade lógica da substância, a análise que é proposta em *Metafísica IV* e que depende diretamente do reconhecimento do sentido focal de “ser”. Afinal, prioridade lógica – prioridade em logos ou definição – é apenas um dos tipos de primazias atribuídas às substâncias.⁶

2. A interpretação de Jan Lukasiewicz

Sobre esta primazia lógica na discussão do PNC que toca na investigação das substâncias – aristotelicamente falando – é o que não parece estar muito definido e claro em Aristóteles. Pois, o PNC, segundo Jan Lukasiewicz (1878-1956) é formulado por Aristóteles de três maneiras: 1) formulação ontológica; 2) formulação lógica e 3) formulação psicológica. Lukasiewicz faz uma releitura do PNC em Aristóteles no seu clássico artigo intitulado *Über den Satz des Widerspruchs bei Aristoteles*⁷ – Sobre a lei da Contradição em Aristóteles. Possibilitando, portanto, uma leitura “analítica” do Estagirita. Lukasiewicz, ao que parece, relê Aristóteles, de modo equilibrado e respeitoso. Não se afasta jamais de seu pensamento ao propor a revisão do PNC, mas, ao contrário, pontua as limitações da *lógica bivalente*, que opera com basicamente duas ideias: verdadeiro e falso; demonstrada e sustentada por toda escola peripatética posterior. Essa sua revisão do PNC, deu origem a seu sistema de *lógica trivalente*, que é mencionado no capítulo sobre *Lição de despedida pronunciada pelo professor Jan Lukasiewicz na Aula Magna na Universidade*

⁵ *Ibid.*, p. 178.

⁶ *Ibid.*, p. 182.

⁷ Publicado originalmente no *Bulletin International de l'Academie des Sciences de Cracovie, classe d'histoire et philosophie*, 1910. Tradução de Raphael Zillig. Cf. ZINGANO, Marco. Sobre a metafísica de Aristóteles, textos selecionados. (Org.). Odysseus: São Paulo, 2005. (Créditos).

de Varsóvia em 07 de março de 1918 – na sua obra *Estudos de lógica e filosofia*. Ele mesmo diz o seguinte:

Em 1910 publiquei um livro sobre o princípio de contradição na obra de Aristóteles, no qual tencionava demonstrar que esse princípio não é tão evidente como se acreditava. Já então aspirava construir uma lógica não aristotélica. O estudo deste tema foi objeto das minhas últimas aulas. Demonstrei que, além de proposições verdadeiras e falsas, há proposições *possíveis*, às que corresponde à possibilidade objetiva como um terceiro valor além do ser e do não-ser. Isto deu origem a meu sistema de *lógica trivalente*, que desenvolvi detalhadamente durante o verão passado. Esse sistema é tão coerente e consistente como a lógica de Aristóteles, e, resulta muito mais rico em leis e fórmulas.⁸

O mesmo Lukasiewicz insiste em que, ainda que os princípios aristotélicos da lógica comprovem-se válidos para todo o sempre, eles não deixam de apresentar ao pesquisador moderno uma abundância de problemas não resolvidos.⁹ Suas observações sobre a lei da contradição estão, por diversas razões, vinculadas ao pensamento de Aristóteles, não se tratando de uma crítica superficial e um embate vão e fantasioso. Trata-se de observações críticas ao pensamento do Estagirita, respeitando, assim, suas intuições a respeito da lei da contradição, que são, em grande medida, usadas ainda hoje. Lukasiewicz lança mão ao analisar a contradição, primeiro, tendo à mão o próprio texto de Aristóteles, centrado, sobretudo, nos resultados da lógica simbólica, isso deixa claro, ao iniciar seu trabalho de investigação e crítica ao supracitado princípio.

Como mencionado anteriormente, Aristóteles, formula a lei da contradição – segundo Lukasiewicz – de três maneiras, como uma lei *ontológica, lógica e psicológica*. Ao mesmo tempo em que analisa e critica esses conceitos polivalentes do PNC, toma partido em defesa e sustenta que não se restringe somente a lei lógica, mas, curiosamente, preconiza-o como sendo um princípio *ético-prático*, pois, é consciente de que o PNC é uma arma contra o erro, o engano e a mentira, no contraponto do discurso dos partidários de Protágoras, os Sofistas...

Sobre a formulação ontológica, apresentada em Met. Γ 3, 1005 b 19-20: “É impossível que o mesmo simultaneamente pertença e não pertença ao mesmo sob o mesmo aspecto”.

⁸ LUKASIEWICZ, Jan. *Estúdios de lógica y filosofía*. (Edición y selección a cargo de Alfredo Deaño) Edición electrónica de www.philosophia.cl/escuela de Filosofía Universidad ARCIS. p. 16.

⁹ LUKASIEWICZ, Jan. *Sobre a lei da contradição em Aristóteles*. In: ZINGANO, Marco. *Sobre a metafísica de Aristóteles, textos selecionados*. (Org.). Odysseus: São Paulo, 2005. p.1.

Sobre a formulação lógica, apresentada em Met. Γ 6, 1011 b 13-14: “O mais seguro de todos os princípios básicos é que asserções contraditórias não podem ser simultaneamente verdadeiras”.

Sobre a formulação psicológica, apresenta em Met. Γ 3, 1005 b 23-24: “Não se pode crer que o mesmo [simultaneamente] seja e não seja”.

Segue-se aí, um desdobramento analítico e conciso de Lukasiewicz, no mencionado texto, em que os argumentos vão se desdobrando e atingindo graus de dificuldade, que, manifesta-se inteligível ao se aplicar em uma leitura detalhada.

Na segunda parte, portanto, diseca as três leis da contradição, mais precisamente.

Para a formulação ontológica, isto é, formulação “objeto-teorética”: A nenhum objeto a mesma propriedade pode simultaneamente pertencer e não pertencer. – Por “objeto”, diz Lukasiewicz, entendo, com Meinog, tudo o que seja “algo” e não “nada”; com “propriedade”, designo tudo o que pode ser atribuído a um objeto.

Na formulação lógica propõe que as duas asserções contraditórias não podem ser simultaneamente verdadeiras. – Por “asserção” compreendo – diz o autor – uma sequência de palavras ou outros símbolos perceptíveis pela sensação cujo significado consiste em afirmar ou negar uma propriedade qualquer a um objeto.

A formulação psicológica – novidade teórica, talvez – diz que dois atos de crença correspondendo a duas asserções contraditórias não podem existir simultaneamente na mesma consciência. – Por “ato de crença” entendo, diz o autor, uma função psíquica *sui generis* que pode também ser designada com as palavras “convicção”, “assentimento”, belief [crença] etc. e que não pode ser explicada com maior precisão, devendo ser vivenciada.

Disto, conclui-se que, como sustenta Lukasiewicz, deve-se estabelecer que, para Aristóteles, a lei da contradição não deve ser compreendida como uma lei ontológica-geral, mas como uma lei metafísica, a qual, em primeiro lugar, deve valer para substâncias e com respeito à qual é no mínimo questionável se o seu domínio de validade estende-se também a aparências.¹⁰

¹⁰ Cf. Nota do próprio Lukasiewicz; minha interpretação da lei aristotélica da contradição é, assim, essencialmente distinta da de Maier. Todavia, o fato que Aristóteles ocasionalmente comete inconsistências e, de um modo geral, nem sempre tem clareza nesta questão que é muito mais difícil do que normalmente se

3. Tomás de Aquino e o Comentário ao Livro Gama

Pode parecer demasiado anacrônico ou sem sentido tratar em um mesmo assunto autores tão distintos, de universos diferentes como Jan Lukasiewicz (1878-1956) e Tomás de Aquino (1224/1225-1274). Entre eles não há nenhuma relação temporal. O que se pode perceber, no entanto, é o pensamento de Aristóteles, que por ambos, foi muito bem compreendido e assimilado. Lukasiewicz não é um comentador de Aristóteles como Tomás de Aquino o foi – *auctoritas* – como o grande Filósofo de seu tempo, sobretudo no que se pode falar do seu pensamento metafísico. Tomás de Aquino, além de ser encarado posteriormente como filósofo, era essencialmente teólogo. Lukasiewicz relê Aristóteles à luz de seus princípios, isto é, de maneira analítica e, em especial, o Aristóteles da Lógica. Tem um intuito claro de revisar, por exemplo, o PNC, com sua interpretação tripartite do mencionado princípio. Ambos, no entanto, são aristotélicos e fizeram “avançar”, isto é, tentaram ir além de Aristóteles.

De acordo com Marie-Dominique Chenu, o leitor, ao ler os comentários de Tomás de Aquino, sobre o *De Anima* ou à *Metafísica*, sendo, pois, este gênero literário propriamente medieval é precisamente uma sutil interferência de uma dupla preocupação: ler autenticamente Aristóteles, e, no entanto, conseguir ir além dele, na verdade filosófica¹¹.

Segundo Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento, o comentário de Tomás de Aquino à *Metafísica* data da época de sua segunda estadia em Paris (1268-1272), não se descartando uma redação final em Nápoles (1272-1273)¹².

Tomás de Aquino ao comentar a *Metafísica*, logo no Proêmio, denomina que a *Metafísica* tem um caráter tríptico, isto é, primeiro é denominada como ciência divina ou teologia, metafísica e filosofia primeira, como já explicitado antes. O Comentário à *Metafísica*, de acordo com José de C. Sola, é, com respeito às obras filosóficas e teológicas de Tomás de Aquino, do período de maturidade, ao contrário dos demais Comentários

supõe e que foi proposta pela primeira vez por ele pode, até certa medida, explicar interpretações do seu pensamento que sejam distintas e discordantes umas das outras.

¹¹ CHENU, Marie-Dominique. *Introduction a l'étude de Saint Thomas D'Aquin*. J. Vrin: Paris, 1954, p. 27.

¹² RIBEIRO, Carlos Arthur. *Tomás de Aquino a metafísica e a teologia*. In: *Frutos de gratidão a Francisco Catão*. Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Org.). Unisal: São Paulo, 2007. p. 115-145.

filosóficos, sendo o primeiro, após a *Ética*¹³. Em primeiro lugar, deve ocupar um lugar de honra para que se fixe o pensamento de Tomás na *Metafísica* e na Filosofia, em geral.

Em um segundo momento, se impõe o valor prevalente que o atribuía Tomás no cerne da problemática do Aristotelismo que quis resolver.

Vale ressaltar, também, que o Comentário foi escrito sem interrupções muito grandes, tendo início em Santa Sabina (Roma), ou melhor, em Orvieto (Cúria de Urbano IV), continuando em Viterbo, muito provavelmente, novamente Cúria de Urbano IV, também. O finaliza em Paris, ou talvez quando volta à Itália em 1272 quando chega a Nápoles.

Ainda sobre o Comentário e o ensino, acredita-se que pelo menos na parte que foi escrita em Santa Sabina, tal comentário são suas aulas. Há seus reparos, o que ainda só tivesse sido longe de Paris que Tomás ensinasse, mesmo que fosse aos Dominicanos, os livros que estavam várias vezes proibidos. Seguramente, a parte produzida em Paris não é efeito das lições, pois nem se quer ensinava Filosofia. Além disso, ali, portanto, que não se podia ensinar, a não ser que, como se supõem alguns tivesse sido aos alunos dominicanos. O que era proibido era o ensino oficial, público ou secreto.

Em seu estudo sobre *as concepções da metafísica na escolástica medieval*, B. Carlos Bazán, afirma que a metafísica aristotélica se move, pois, estritamente no nível predicamental: o ser como tal não tem sentido fora das categorias que o articulam; como tal “ente” é um “simples predicado”, que não agrega nada ao sentido das categorias¹⁴.

A assimilação da *Metafísica* de Aristóteles, definida como ciência do ente enquanto ente, dentro da classificação das ciências especulativas estabelecida por Boécio (480-526). Esta nova literatura filosófica [*metafísica*], portanto, teve um impacto claro sobre as jovens universidades, particularmente sobre a de Paris. E a reação das autoridades eclesiásticas não demorou muito a manifestar-se contrariamente a tal pensamento provindo, sobretudo das traduções de Aristóteles elaboradas pelos pensadores árabes e judeus.

¹³ SOLA, C. José de. *Comentario de Sto. Tomás al Libro Gamma de la Metafísica*. Imprenta de la Facultad de Teología, S.J: Burgos, 1958. p. CIV-CXIII.

¹⁴ BAZÁN, Carlos B. *Las concepciones de la metafísica en la escolástica medieval*. In: GARCÍA, Jorge J. de. *Concepciones de la metafísica*. (Org) Trotta: Madrid, 1998. p. 69-99.

Tomás considera, portanto, a metafísica como uma ciência universal. Identificando os universais às substâncias separadas, ele, a faz ciência das substâncias separadas.¹⁵ Em seu *Comentário à Metafísica*, deixa claro a distinção da concepção da dita disciplina.

Na lição IV do seu *Comentário à Metafísica* mostra que cabe principalmente ao filósofo em primeiro lugar considerar acerca do primeiro princípio da demonstração. Tomás a este respeito faz duas considerações: primeiro mostra que cabe ao filósofo considerar acerca dele; em segundo lugar, tratar dele. Segue um esquema que quanto à primeira consideração, se desdobra em três maneiras: primeiro, mostra que, cabe a esta ciência considerar acerca do primeiro princípio da demonstração. Em segundo lugar, mostra o que ele é, isto é, “o mais firme de todos os princípios”. Em terceiro lugar, exclui certos erros a respeito do mesmo princípio. E estabelece que para um verdadeiro conhecimento é necessário o conhecimento dos princípios, em outras palavras: “em todo o gênero é cognoscitivo ao máximo o que os princípios mais certos, pois a certeza do conhecimento depende da certeza dos princípios”.¹⁶

Na sequência do comentário, Tomás considera o filósofo como sendo o primeiro como o que pode conhecer mais, dito de outra maneira, o filósofo primeiro é cognoscitivo ao máximo e o mais certo em seu conhecimento. E relaciona este ao sábio, que conhece pelas causas. A condição do sábio é que fosse o mais certo conhecedor das causas, cabendo ao filósofo considerar os princípios mais certos e mais firmes a respeito dos entes, acerca dos quais, ele considera como acerca do gênero a si propriamente sujeito.

Na mesma lição, no nº 597, considera, de acordo com Aristóteles, que há um princípio que é o mais firme, ou o mais certo. Faz duas considerações e em seguida, estabelece três condições do princípio mais firme. Aqui mostra – diz Tomás, ao comentar Aristóteles – o que é o princípio mais firme ou mais certo. A este respeito faz duas considerações. Primeiramente diz quais são as condições do princípio mais certo. Depois, adapta-as a um princípio. Estabelece, pois, três condições do princípio mais firme.

¹⁵ NEF, Frédéric. *Qu'est-ce que la métaphysique?* Paris: Gallimard, 2004. p. 285.

¹⁶ AQUINATIS, S. Thomae. In: *Duodecim Libros Metaphysicorum Aristotelis expositio, Proemium S. Thomae*. Marietti: Roma, 1950. p. 1-2. (tradução de Francisco Benjamim de Souza Neto e Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento). Cf. Lição IV, nº 596.

Sendo a primeira a respeito disso que alguém não possa mentir ou errar. Isto é patente, pois, visto os humanos não se enganarem senão a respeito do que ignoram, assim, é preciso que aquilo a respeito do que alguém não pode se enganar seja o mais conhecido.

A segunda, é que ele seja “não-condicional”, isto é, que não seja aceito por causa de uma mera suposição, ou, por sustentação a partir de uma certa convenção.

A terceira condição, no entanto, é a de que não seja adquirido por demonstração ou por outro modo semelhante, mas que seja conhecido por natureza e não por aquisição. Em outras palavras, os primeiros princípios se tornam conhecidos pela própria luz do intelecto, que é natural deste, e não são adquiridos por raciocínios, mas pelo simples fato de seus termos se tornarem conhecidos. Conclui: “é, portanto, manifesto que o princípio mais certo ou mais firme deve ser tal que a respeito dele não se possa errar, que não seja suposto e que surja naturalmente”.

O nº 600, da Lição IV, trata mais explicitamente do princípio da não contradição, de modo a mostrar que há um princípio determinado que seja impossível ser e não ser simultaneamente. Tomás diz que Aristóteles mostra a qual princípio a determinação precedente convém a este princípio “que é impossível o mesmo inerir e não inerir simultaneamente ao mesmo”. Sendo este o mais firme dos princípios, deve-se acrescentar – de acordo com o mesmo e há ainda outras determinações que devem ser feitas acerca deste princípio, cabendo, sejam quais forem, ser determinadas, [nas dificuldades lógicas], sem as quais parece uma contradição, quando não é.

No nº 603, Tomás comenta a passagem na qual Aristóteles entende que há uma impossibilidade de opiniões contrárias e estabelece que naturalmente o princípio no qual se entende é o princípio e o axioma de todos os axiomas. Se alguém opinasse que duas contraditórias são simultaneamente verdadeiras, opinado que o mesmo é e não é simultaneamente, teria simultaneamente opiniões contrárias e, assim, os contrários seriam inerentes ao mesmo simultaneamente, o que é impossível. Não ocorre, portanto, que alguém minta interiormente a este respeito e que opine que o mesmo é e não é simultaneamente. Por isso, todas as demonstrações reduzem suas proposições a esta proposição, como sendo a última opinião comum a todas. Ela naturalmente é o princípio e o axioma de todos os axiomas.

Por fim, Tomás fala de uma dupla operação do intelecto. A primeira operação que o intelecto opera é por onde conhece o que algo é que é denominada inteligência dos indivisíveis; na segunda operação é a que compõe e que divide. Sendo que em ambas, há algo de primeiro.

Ele expressa da seguinte maneira:

De fato, na primeira operação há algo de primeiro, que apresenta-se à concepção do intelecto, isto é, que chamo de ente. Algo não pode ser concebido pela mente, através desta operação, a não ser que se entenda o ente. Ora, posto que este princípio “é impossível ser e não ser simultaneamente” depende da inteligência do ente, assim como este princípio “todo todo é maior que sua parte” [depende] da inteligência de todo e de parte, então este é também um princípio naturalmente primeiro na segunda operação do intelecto, isto é, do [intelecto] que compõe e divide. Alguém não pode entender algo, de acordo com esta operação, a não ser que tenha sido entendido este princípio. Com efeito, assim como o todo e as partes não são entendidos a não ser que tenha sido entendido o ente, igualmente este princípio “todo todo é maior que sua parte” não [é entendido] a não ser que tenha sido entendido o supracitado princípio que é o mais firme.¹⁷

O Comentário à Metafísica de Tomás de Aquino, portanto, é uma forma de ler Aristóteles, sobretudo, considerando o fato de que o dito comentário amplia e alarga o campo de entendimento sobre o assunto tratado pelo Estagirita, mesmo sendo a linguagem de ambos, densa e marcadamente analítica. O que resta, então, é saber se o princípio da não-contradição é unívoco, isto é, lógico, ou, se comporta os três aspectos simultaneamente: lógico, semântico e ontológico, eis a questão do próximo capítulo a ser discutido.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *Metafísica, livros IV e VI.* (Tradução, introdução e notas Lucas Angioni) Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução nº 14, *IFCH/UNICAMP*, 2007.

ARISTÓTELES. *Metafísica.* Ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário de Giovanni Reale. vol. II. Texto grego com tradução ao lado. Loyola: São Paulo, 2005.

ARISTÓTELES. *Metafísica.* Ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário de Giovanni Reale. vol. II. Texto grego com tradução ao lado. Loyola: São Paulo, 2005.

_____. Ensaio introdutório. vol. I. Loyola: São Paulo, 2005.

ARISTÓTELES. *Metafísica.* Traducción directa del griego, introducción, exposiciones sistemáticas e índices de Hernán Zucchi. (Ensayo). Debolsillo: Buenos Aires, 2004.

¹⁷ AQUINATIS, S. Thomae. p. 15. Lição IV, nº 605.

- CASSIN, Bárbara; NARCY, Michel.** *La décision du sens; le livre Gamma e la Métaphysique d'Aristote.* Introduction, texte, traduction et commentaire. J. Vrin: Paris, 1989.
- GÓMEZ-LOBO, Alfonso.** *Aristoteles y el aristotelismo antiguo.* In: GARCÍA E.J., Jorge (Org.). *Concepciones de la metafísica.* Editorial Trotta: Madrid, 1998.
- ANGIONI, Lucas.** *Introdução à teoria da predicação em Aristóteles.* Unicamp: São Paulo, 2009.
- AUBENQUE, Pierre.** *Le problème de l'être chez Aristote, essai sur la problématique Aristotélicienne.* Press Universitaires de France: Paris, 1962.
- MANSION, Suzanne.** *Le jugement d'existence chez Aristote.* Desclée de Brouwer: Paris, 1946.
- JAEGER, Werner.** *Aristoteles, bases para la historia de su desarrollo intelectual.* Fondo de Cultura Económica: México, 1995.
- ZINGANO, Marco.** *Sobre a metafísica de Aristóteles, textos selecionados.* (Org.). Odysseus: São Paulo, 2005.
- NEF, F.** *Qu'est-ce que la métaphysique?* Paris: Gallimard, 2004.
- DURING, Élie.** *La métaphysique, textes choisis & présentés.* Flammarion: Paris, 1998.
- KNEALE, W; KNEALE, M.** *O desenvolvimento da lógica.* 3. ed. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 1968.
- GILSON, Etienne.** *A filosofia na Idade média.* M. Fontes: São Paulo, 2001.
- _____. *La philosophie au moyen age.* 3. ed. Paris: Payot, 1947.
- HIRSCHBERGER, Johannes.** *História da filosofia na idade média.* São Paulo: Herder, 1966.
- WULF, Maurizio De.** *Storia della filosofia medievale.* Nuova versione italiana dalla 6. ed. Francese di V. Miano. 3 vol. V. 1. Firenze: EDITRICE, 1944.
- NASCIMENTO, Carlos Arthur.** *O que é filosofia medieval.* São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. *Tomás de Aquino a metafísica e a teologia.* In: Frutos de gratidão a Francisco Catão. Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Org.). Unisal: São Paulo, 2007. p. 115-145.
- _____. *Tomás de Aquino, sentença do livro da Física, III, lição 5º, nº 600-631.* Extrato do Boletim do CPA, Campinas, nº 5/6, jan./dez. 1998, p. 261-279.
- AQUINO, Tomás.** *Exposição sobre a Metafísica de Aristóteles.*, Ed. M.-R. Cathala, Marietti:Turim, 1935. (Tradução prof. Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento).
- _____. *Expositio sobre os doze livros da Metafísica de Aristóteles.* Ed. Raimundo M. Spiazzi, Marietti: Turim, 1950.
- AQUINATIS, S. Thomae.** In: *Duodecim Libros Metaphysicorum Aristotelis expositio, Proemium S. Thomae.* (tradução particular de Francisco Benjamim de Souza Neto e Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento).

- LIBERA, Alain De.** *A filosofia medieval*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- VIGNAUX, Paul.** *A filosofia na idade média*. 2. ed. Coimbra: Arménio Amado, Editor, Suc. , 1959.
- CHENU, Marie-Dominique.** *Introduction a l'étude de Saint Thomas D'Aquin*. J. Vrin: Paris, 1954.
- TORREL, Jean-Pierre.** *Iniciação a Santo Tomás de Aquino, sua pessoa e sua obra*. Loyola: São Paulo, 2004.
- HADOT, Pierre.** *O que é a filosofia antiga?* 2. ed. Loyola: São Paulo, 2004.
- LUKASIEWICZ, Jan.** *Estúdios de lógica y filosofía*. (Edición y selección a cargo de Alfredo Deaño) Edición electrónica de www.philosophia.cl/Escuela de Filosofía Universidad ARCIS.
- LUKASIEWICZ, Jan.** *Sobre a lei da contradição em Aristóteles*. In: ZINGANO, Marco. *Sobre a metafísica de Aristóteles, textos selecionados*. (Org.). Odysseus: São Paulo, 2005.
- BAZÁN, Carlos B.** *Las concepciones de la metafísica en la escolástica medieval*. In: GARCÍA, Jorge J. de. *Concepciones de la metafísica*. (Org) Trotta: Madrid, 1998.
- ALMEIDA de, Nazareno Eduardo.** *Os princípios de verdade no Livro IV da Metafísica de Aristóteles*. Princípios: Natal, v.15, n. 23, jan./jun. 2008.
- FREGE, Gottlob.** In: *Enciclopedia Garzanti di filosofia ecc*. Italia: Garzanti Editore, 1981.